



PARECER PRÉVIO Nº 139/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12709/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Enrico de Souza Falabella
- 6- **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199 e Mariana Pereira Carlotto - OAB/AM 17299.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 44/2023-DIMP/MPC/GPG/FCVM, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação** das Contas Anuais do **Sr. Enrico de Souza Falabella**, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucará, referente ao exercício de 2020, tendo em vista não haver atos de governo que impactam negativamente no julgamento realizado pelo Poder Legislativo Municipal, conforme art. 71, I, da Constituição Federal; art. 40, I, art. 127, §§ 2º e 4º da Constituição do Estado do Amazonas; art. 1º, I, e art. 29 da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; art. 5º, I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM e art. 3º, I, da Resolução nº 09/1997;

Vencido o voto-vista do Excelentíssimo Sr. Conselheiro convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que votou pela desaprovação das contas, determinação e ciência.



PARECER PRÉVIO Nº 139/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 29 de Agosto de 2023
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado e Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 139/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 139/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12709/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Enrico de Souza Falabella
- 6- **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199 e Mariana Pereira Carlotto - OAB/AM 17299.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 44/2023-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2020.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Urucará, para que, na competência prevista no artigo 127, § 5º, da Constituição do Estado do Amazonas, julgue as referidas Contas;
- 10.2. **Determinar à Prefeitura Municipal de Urucará**, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, para que cumpra com rigor os prazos de remessa dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, via sistema e-Contas, sob pena de reincidência e aplicação de multa por descumprimento de determinação desta Corte de Contas;
- 10.3. **Dar ciência ao Sr. Enrico de Souza Falabella** e à Prefeitura Municipal de Urucará sobre o teor desta Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;



ACÓRDÃO Nº 139/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 139/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4. Arquivar o processo, após cumpridas as determinações acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado e Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral